



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE SETEMBRO DE 2013

NÚMERO 4

INICIO 21.00 HORAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2013 -----

N.º. 04/2013 -----

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, reuniu a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada pelo Edital número treze barra dois mil e treze, de trinta de agosto de dois mil e treze, tendo comparecido os seguintes vogais: - António Manuel dos Santos Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão, Maria do Rosário Costa Martins, Marco Paulo Coutinho Gomes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Paulo Manuel Farinha Varino, Carlos Manuel Marques Alves, Rui Manuel Ferreira, Sónia Cristina Marques Varino, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, João Carlos Baião da Silva, Jorge Manuel Louro Pereira, António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltaram a esta sessão: António Manuel Morgado Louro (PS), Hugo Filipe Neto Sebastião (PSD) Virgílio Manuel Rosa André (CDU) e Mário Rodrigues Pereira (PS) não tendo qualquer vogal apresentado justificação de impedimento de estarem presente na reunião. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo do Município: - Presidente - Máximo de Jesus Afonso Ferreira; Vereadores – Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Margarida Maria da Costa Alves Veríssimo, Rui José da Silva Pires e Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim. -----

Também esteve presente o colaborador da Câmara Municipal Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Primeiro Secretário – Arsénio de Oliveira Cristóvão; Segundo Secretário – Maria do Rosário Costa Martins. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, dando início aos trabalhos com o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES -----

Ata da reunião realizada no dia 30.04.2013, foi colocada à votação para discussão, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Com a introdução de algumas retificações foi a ata colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção do vogal Marco Gomes do PS. -----

Ata da reunião realizada no dia 28.06.2013, foi colocada à votação para discussão, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Com a introdução de algumas retificações foi a ata colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções dos vogais Marco Gomes e Carlos Alves do PS. -----



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Não houve qualquer intervenção: -----

Concluído o período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia submeteu à aprovação dos Vogais a **ORDEM DO DIA**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, ficando a mesma constituída da seguinte forma: -----

1. Período reservado à **intervenção do público**; -----
2. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º. Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
3. Outros assuntos de interesse. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve intervenções do público. -----

2 - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º. 1 DO ARTIGO 53º. DA LEI N.º. 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º. 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal tendo havido as seguintes intervenções: -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Pergunta se a verba de 22.220,00 euros destinada à prestação de serviços de transporte escolar, circuito do Centro Escolar de Santa Margarida, é mensal, anual, semestral ou por outro período. -----

Na página 3 “*Reparação de Pavimentos Diversos*” – Em fase de lançamento, está mencionado o valor de € 32.810,00, pergunta se a verba se destina a obras específicas, ou engloba todos as obras no concelho. -----

Na página 2 faz-se referência a uma “*ETAR Compacta – adjudicada*”, pergunta onde vai ser instalada a ETAR compacta em causa e qual a justificação para esta aquisição. -----

Presidente da Câmara Municipal – Quanto à ETAR Compacta, a sua aquisição prende-se com a resolução dos esgotos no cabeço em Montalvo, sendo a sua instalação e ligação executadas pelos serviços da Câmara Municipal. -----

Relativamente à reparação de pavimentos, informa que se trata da regularização de cortes efetuados nas estradas motivados por obras, normalmente de saneamento básico e abastecimento de água que se foram acumulando ao longo de algum tempo e que se está agora a regularizar. -----

Quanto aos transportes, informa que a verba mencionada destina-se ao ano letivo. -----



Vogal Rui Ferreira (CDU) – Referiu, que em boa hora a Assembleia e Câmara Municipal votaram pela taxa mínima do IMI, não deixando contudo de salientar que mesmo assim a autarquia ainda conseguiu apurar alguma receita praticamente idêntica à do ano anterior, sendo a autarquia de Constância uma das cinco no distrito de Santarém que aplicaram a taxa mínima do IMI. -----
Depois, faz uma referência ao IMT, dizendo que o resultado é bastante bom, embora seja muito variável de ano para ano, salientando que para o resultado ser bom, foi porque de facto se manteve um volume interessante de negócios no concelho. -----
Por fim regista o abatimento feito pela autarquia aos empréstimos de 2010 até 2013 no valor de 500.000,00 euros, louvando o esforço feito pela Câmara Municipal perante uma série de constrangimentos financeiros. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Diz que não é de admirar que tivesse havido um aumento de receita do IMI mesmo com a taxa mínima, pois esse aumento foi fruto das novas avaliações feitas pelo Ministério das Finanças, lembrando ao vogal Rui Ferreira que numa primeira fase não foi a autarquia que apresentou uma taxa mínima do IMI, mas sim a bancada do PS. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Informa o vogal Marco Gomes que quem tem a taxa mínima do IMI no distrito de Santarém são 4 Câmaras Municipais da CDU (Constância, Chamusca, Alpiarça e Benavente) e 1 do PSD (Ferreira do Zêzere) significando portanto, que nenhuma autarquia do PS aplicou a taxa mínima, caindo por terra toda a argumentação que apresentou. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Diz que é pena que em Constância onde a CDU governa, não se pague as indemnizações de final de contrato aos trabalhadores, da mesma forma que se paga nos municípios comunistas, chamando a atenção ao vogal Rui Ferreira a ver esta situação e não ver só aquilo que lhe interessa. -----

Presidente da Câmara Municipal – Diz que aquilo que o vogal Marco Gomes acabou de prenunciar não é verdade, pois foram dadas instruções aos serviços de tesouraria para se pagarem as indemnizações por final de contrato de acordo com o que está estabelecido por lei. -----
Quanto à questão da taxa mínima, não percebe e acha que ninguém percebeu, aquilo que foi a proposta do executivo camarário da taxa de IMI, foi a taxa mínima e foi essa que foi aprovada. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Informa que se o documento que foi à reunião do executivo e que veio à Assembleia com as propostas dos escalões estivesse correto, quem apresentava a taxa mais baixa era o Partido Socialista, não há dúvida. Depois, o que aconteceu foi que a CDU apelou que a proposta da bancada do PS era ilegal com base em documentos apresentados e que os eleitos do PS têm que confiar serem propostos pelo executivo, vindo a bancada da CDU a aprovar a taxa mínima nesta Assembleia sem saberem que de facto estavam a aprovar aquela que seria a taxa mínima. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informa que não é verdade aquilo que a vogal Isabel Costa acabou de afirmar, pode invocar que o documento não estava bem redigido, mas quando o documento foi levado à sessão de Câmara para aprovação, o executivo camarário tinha a certeza daquilo que estava a aprovar, estranhando que os eleitos do PS não tivessem detetado a anomalia, tendo insistido no mesmo erro no comunicado que fizeram à população. -----



Vogal Marco Gomes (PS) – Diz que o presidente da Câmara Municipal cumpriu aquilo que tinha prometido perante esta Assembleia Municipal, o de informar que tinha dado indicação aos serviços para se pagarem as indemnizações por fim de contrato que se arrastavam há bastante tempo, registando com agrado a decisão. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informa que aquilo que disse foi a de que estava a cumprir a lei dando ordem no sentido de se pagarem as indemnizações segundo aquilo que a lei determina, podendo no entanto, a decisão, não satisfazer a preocupação pela qual o vogal Marco Gomes se tem debatido. -----

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Começou por afirmar que foi em fevereiro de 2011 que nesta Assembleia Municipal fez um discurso sobre a análise ao mandato da Câmara Municipal e do executivo liderado pela CDU até essa altura. Diz que hoje em final de mandato, também é importante fazer algumas críticas, algumas considerações sobre aquilo que se tem passado, sobre o desenvolvimento do concelho e sobre a estratégia e o planeamento que até aqui foi feito ou não. Diz que teve grande dificuldade em encontrar no dicionário palavras que descrevessem o mandato deste executivo, especialmente do Presidente da Câmara. Considera que na sua perspetiva foram quatro anos perdidos em valores, em princípios, em ética e moral, em projetos sem planeamento e sem estratégia. Foram quatro anos que se caracterizaram por inabilidade do Presidente da Câmara Municipal de Constância. Continua a sua apreciação dizendo que o problema é que quando o Presidente da Câmara tomou posse há quatro anos, depois de ouvir o discurso de 31 de Outubro teve alguma esperança que a estratégia, os projetos que na altura foram apresentados, pudessem de alguma forma corresponder aos anseios das populações e dos cidadãos do concelho de Constância. Infelizmente passado algum tempo, a caixa de pandora foi aberta e lá de dentro saíram todos os males, apenas lá ficou infelizmente a esperança e portanto, depois fecharam essa caixa e a esperança ficou lá dentro só podendo sair quando o poder que asfixia as pessoas do nosso concelho deixar de estar presente. Por isso, quer reconhecer nesta Assembleia o bom senso que o peixe miúdo, que tão carinhosamente foi apelidado como peixe miúdo da CDU de Constância, que teve o bom senso de não recandidatar o atual Presidente da Câmara e portanto aquilo que pode referir ainda, é que tivemos um mandato na linha do surreal, do inóspito, da frivolidade, uma coisa em forma assim, como dizia Alexandre O'Neill. Afirma que esta opinião não é só dele, é uma opinião transversal de todos os partidos políticos deste concelho, de muita gente de todas as sensibilidades que tem esta opinião que acabou de transmitir, e com todo o respeito, e esta é uma opinião pessoal, põe enormes reservas sobre as qualidades e os valores humanos do atual Presidente da Câmara. Finalizando, diz que quem não consegue respeitar jamais será merecedor de respeito. Obrigado e espero que as pessoas no futuro sejam melhores porque todos temos a ganhar com isso. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Diz que sendo esta sessão da Assembleia Municipal a última do mandato 2009-2013 acha oportuno fazer uma retrospetiva ao trabalho realizado, sem no entanto começar por solicitar informação sobre o ponto de situação das placas de limitação de freguesia na EN3 em Montalvo. -----



Assim, a análise que faz ao mandato realça os trabalhos, ainda que de uma forma lenta, que estão a ser realizados na Quinta de D.^a Maria sem apoios comunitários, faseadamente, de acordo com as possibilidades da autarquia. -----

Depois focou-se nos trabalhos da construção do campo de futebol Municipal em Montalvo, dizendo que apesar da polémica criada à sua volta a obra está iniciada, o que é importante, sendo mais importante no seu entender, a sua finalização. -----

Salienta também o apoio dado ao lar da St.^a Casa de Misericórdia de Santa Margarida pois sem esse a obra seria impossível realizar-se. -----

Quanto aos Centros Escolares construídos no concelho, falta o de Montalvo apelando para que se continue a trabalhar no sentido da obra se concretizar, isto apesar de alguns candidatos à presidência da Câmara Municipal terem declarado publicamente discordarem da sua construção. -----
Centra a sua análise no reforço dos equipamentos do Parque Ambiental de Santa Margarida, com a abertura do Borboletário. -----

Finaliza a sua intervenção fazendo referencia ao esforço financeiro feito pela autarquia na resolução do problema da ponte sobre o rio Tejo, que com todas as dificuldades desde técnicas, administrativas e financeiras, conseguiu solucionar a ligação entre o norte e o sul do concelho, ainda que a solução para que não haja estrangulamento na economia do concelho e em particular da parte sul, passe pela construção de uma ponte nova. -----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à questão das placas, solicitou a intervenção do Chefe de Divisão que procedesse ao esclarecimento da questão colocada. -----

Eng.^o Jorge Heitor – Informou que a autarquia enviou um ofício à empresa Estradas de Portugal, colocando-lhe a questão, não tendo até à presente data a Câmara Municipal recebido qualquer resposta. -----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à intervenção do vogal Carlos Alves, lembra o que diz a tradição que certas vozes não chegam ao céu, algumas nem ao presidente chegam, escusando-se por isso comentá-las. -----

Quanto ao museu Quintas do Tejo, informa que os vogais da Assembleia Municipal irão receber convite para a inauguração no dia 21 de Setembro, dia das jornadas Europeias do Património, de mais um espaço, cifrando-se na quarta intervenção que a autarquia faz naquele museu sem qualquer participação dos fundos comunitários, excetuando-se a última intervenção que teve a participação de uma empresa da zona industrial de Montalvo. Diz que quando há quatro anos apresentou projetos os mesmos eram para se concretizar, não se lembrando de algum que ficasse por realizar, embora considere existirem dois ou três que não estão com a amplitude de que gostaria, tendo contribuído para essa situação uma decisão do governo anterior, fevereiro de 2011, ao parar com os financiamentos comunitários. -----

Relativamente do apoio ao Lar de Santa Margarida, informa que a autarquia não irá pagar o total do último auto, uma vez que como está acordado, a Câmara Municipal já pagou os 300.000,00 euros acordados como financiamento para a obra. -----

Quanto ao reforço dos equipamentos do PASM, informa que a receita ultrapassa o valor que foi calculado no estudo financeiro que a autarquia teve que apresentar no processo de candidatura ao QREN, apesar de, tal como teve oportunidade de chamar a atenção, o estrangulamento da ponte ter



contribuído para afetar o valor da receita, levando a autarquia a optar por distribuir comandos para abertura dos pórticos, um no PASM e outro no Centro de Ciência Viva, permitindo assim que os autocarros com alunos pudessem estabelecer a ligação física entre as infraestruturas referidas, realizando desta forma receita superior ao inicialmente prevista. -----

Relativamente aos Centros Escolares informa que o concurso para o Centro Escolar de Montalvo terminou com trinta empresas candidatas, três das quais com valores abaixo do limite dos 20%, do valor base. Perante os valores apresentados a autarquia com base na lei, solicitou justificação às empresas que apresentaram os valores atrás mencionados, havendo, segundo informação do chefe de divisão, uma dessas empresas apresentou argumentos credíveis, parecendo-lhe serem suficientes para que o júri venha a atribuir-lhe a obra. Diz que a vice presidente da CCDR, Dr.^a Isabel Damasceno lhe garantiu que dentro da CCDR existe uma verba a transferir para três Centros Escolares, sendo um deles o de Montalvo, havendo a possibilidade de antes de 17 ou 18 de Outubro poder anunciar a adjudicação do Centro Escolar de Montalvo, ressalvando no entanto, que está a falar de acordo com aquilo que lhe foi prometido. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Informa o vogal Rui Ferreira que é militante do Partido Socialista. -----
A outra questão que coloca prende-se com o facto do presidente da Câmara Municipal ter afirmado que os vereadores só podiam usar da palavra desde que autorizados por si, parecendo-lhe que estamos perante uma ditadura, e de acordo com o estatuto do direito da oposição, no artigo 25.º n.º 4, que diz que é concedida a palavra aos vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, por solicitação do plenário da Assembleia. Com base no referido artigo, propõe que os vereadores pudessem fazer o resumo daquilo que foi o mandato que está a terminar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informa que declaração é entregue ao Presidente da Câmara Municipal que a faz chegar onde entender, afirmando que qualquer proposta apresentada tem o tratamento que o regimento e a lei lhe dão. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Informa que tem na sua frente um documento relacionado com o preço da água no concelho de Constância. Diz que nesta Assembleia Municipal foi mencionado pela oposição e em particular por si, que o preço da água no concelho não é obviamente a mais cara, mas é das mais caras do distrito de Santarém, esperando que no próximo mandato quem estiver à frente da autarquia reveja o tarifário da água. Afirma que o concelho de Constância é o concelho que tem o tratamento do lixo mais caro do distrito de Santarém, esperando que quem vier depois do dia 29 de Setembro 2013, se debruce sobre os dados que aqui trás e sem politiquices e demagogia arranjem uma forma de satisfazer positivamente os munícipes, sem que isso diminua a receita do município. --

Presidente da Assembleia Municipal – Leu a proposta do Vogal Marco Gomes que diz o seguinte “*Venho por este propor de acordo com o n.º 4 do Artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Constância para o mandato 2009/2013, que seja dada a palavra a todos os vereadores, sem exceção, que dela queira usar, fazendo desta forma um resumo do mandato que hoje tem a sua abertura pública final*”. -----

O n.º 4 aqui invocado do artigo 25º diz o seguinte “*é concedida a palavra aos vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.*” -----



Perante a proposta apresentada o presidente da Assembleia Municipal questionou o presidente da Câmara Municipal se estava de acordo que os Vereadores usassem da palavra. -----

Presidente da Câmara Municipal – Diz não concordar, passando essa decisão para o plenário. -----

Face à posição do presidente do executivo camarário, a proposta foi colocada à votação para discussão, sendo a mesma **rejeitada com 7 votos contra e 2 abstenções da bancada da CDU**. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Diz que aquilo que se está a propor é a negação dos poderes instituídos, ao querer transformar-se uma sessão do órgão deliberativo numa sessão do executivo camarário. É normal que o executivo camarário, se assim o entender, faça o balanço do seu mandato mas em sede própria. Apesar de discordar da proposta apresentada pela bancada do PS gostaria de ver qual o balanço que os vereadores do PS apresentavam, assim como os seus eleitos na Assembleia Municipal, porque ao ouvir o candidato à Câmara Municipal tecer elogios ao trabalho desenvolvido pelo executivo da CDU, não se imagina os seus parceiros vereadores dizer o contrário. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Pergunta ao vogal Rui Ferreira se votou contra a proposta apresentada pela bancada do PS, com base nas justificações que acabou de dar, pois no seu entender não têm sentido, parecendo-lhe que o vogal teve foi medo de ouvir os vereadores dizer aquilo que pensam acerca do mandato que está a terminar, apelidando este comportamento dum comunismo, pior que todos os outros. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Interveio dizendo que a sua intervenção vem na sequência deste último desenrolar. Recorda que nestes anos todos de Assembleia Municipal, era obvio que qualquer proposta apresentada pela oposição poderia ser chumbada dado a composição da Assembleia Municipal, mas as posturas de cada uma das bancadas são reveladoras de muita coisa, e o que lamenta é que nem sequer haja a possibilidade das propostas apresentadas serem discutidas, porque uma coisa, e aí a bancada do PS está de acordo, é que a votação das propostas iriam de acordo com o entendimento de cada bancada e de cada um, mas impossibilitar a discussão de uma proposta que é apresentada, é revelador de uma falta de democracia tremenda. -----

Respondendo ao vogal Rui Ferreira que de forma insistente diz que a bancada do Partido Socialista devia de estar aqui hoje a fazer um balanço do mandato, do que foi bem feito, do que falta fazer, etc. ... afirma que todos sabem e todos têm as suas opiniões sendo as suas posições conhecidas. Vem aí a campanha eleitoral e os programas vão ser amplamente debatidos, mas numa forma sintética, quando lhe perguntam, tendo em conta a realidade do concelho de Constância, o que é que falta no concelho de Constância, dá como resposta muito curta, liberdade. -----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente a estas questões, aproveita para dizer que se falta liberdade no dia 29 de Setembro 2013 crê que o problema se resolve, e se não resolver é porque as pessoas acham que são livres. -----

Relativamente a esta solução do plenário diz que nalguns locais esta ultima Assembleia já ocorreu e o que fizeram as diversas bancadas e o próprio executivo, foi apresentar cada uma da forma que entendeu o balanço. Recorda por exemplo em Abrantes, o executivo, em relação às bancadas não sabe, fez a apresentação do seu balanço. Também o podia fazer, no entanto entendeu abdicar disso



por razões pessoais, de qualquer forma, diz que tem elaborados dois textos que vão ser inseridos no próximo boletim municipal, quer a nota de abertura, quer o balanço estão feitos, independentemente dos resultados eleitorais que se vierem a apurar, não lhe interessando quais vão ser, nem isso foi tomado em conta naquilo que escrevi. Conclui que o executivo fez o balanço, mas o título são quatro anos de realidades, as realidades estão mencionadas nos documentos que atrás fez referência e que os eleitos terão oportunidade de ver, parecendo-lhe razoável que cada uma das bancadas tivesse feito o mesmo, ele abdicou de o fazer nesta Assembleia Municipal, no entanto as bancadas aqui representadas podem fazê-lo na campanha eleitoral. Ao não concordar com a intervenção dos vereadores fê-lo com base na lei, deixando para o plenário essa decisão, decisão essa, que foi a correta, pois compete às bancadas representadas nesta Assembleia Municipal fazer esse balanço. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA -----

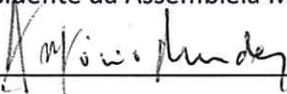
Nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

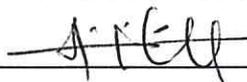
E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Sessão pelas vinte e duas horas. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelo Secretário da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,

